



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL
PRESIDÊNCIA

Intervenção III Fórum Abrigo

Este Fórum Social da Associação Abrigo convida-nos a dissertar sobre o papel da sociedade civil no mundo actual. O tema parece-me aliciante, importante e decisivo numa sociedade em permanente mudança.

Antes de mais, temos que admitir que o conceito de "sociedade civil" é um dos conceitos da teoria política clássica mais usados no discurso social e político contemporâneo. No entanto é também um dos conceitos que menos consensos tem despertado entre os diversos filósofos e teóricos das ciências sociais e políticas.

Inicialmente, o conceito de sociedade civil era visto como sinónimo de Estado, como uma comunidade política enraizada nos princípios da cidadania.

Ainda, há menos de 15 anos, o Banco Mundial, no seguimento desta ideia, defendia que "a constituição de capital social e o surgimento de uma sociedade civil forte



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL
PRESIDÊNCIA

são os ingredientes essenciais para a consecução do desenvolvimento sustentável a longo prazo (...).”

Todavia, esta matriz teórica parte de uma concepção redutora e limitada de bem-estar, remetendo-a para o âmbito privado, ou seja, para as famílias, a comunidade, as instituições religiosas e filantrópicas, que se devem responsabilizar por esse bem-estar, procurando assim tecer uma “rede de solidariedade” capaz de proteger os mais pobres. Segundo esta concepção, o Estado é relegado para um papel mínimo e irrelevante.

Na origem desta concepção de sociedade civil, ou se quisermos desta estratégia de menorização ou substituição do papel do Estado na sociedade, está uma orientação tendente à descentralização e privatização dos serviços públicos.

Nesta perspectiva, com a qual discordo, os governos nacionais são chamados a assumirem uma postura totalmente desresponsabilizadora na implementação de programas sociais, delegando aos governos locais em



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL
PRESIDÊNCIA

parceria com as ONGs ou outras organizações sociais tal responsabilidade.

Não podemos deixar de recordar que nas relações numa sociedade existe a esfera pública e a esfera privada. A principal diferença entre a esfera pública e a esfera privada está nos valores que as configuram. As instituições públicas regem-se pela resposta às necessidades colectivas, de certa forma contraditórias, expressas pelos cidadãos, como categoria de direitos e deveres que estrutura as sociedades democráticas, enquanto as instituições privadas se regem, principalmente, pela resposta ao benefício e à rendibilidade particular dessa entidade, em estreita relação de reciprocidade com o cliente como sujeito orientador da racionalidade privada.

Todos compreenderão que gerir um programa ou serviço público não é o mesmo que gerir uma empresa, porque a missão do serviço público é determinada pelos representantes do povo e não pelos gestores.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL
PRESIDÊNCIA

O exercício do direito de cidadania a realizar pela sociedade civil não pode deixar de estar associado ao conceito de Estado-Parceiro, onde o poder não está exclusivamente centrado numa máquina governamental central, mas repartido e partilhado por um vasto conjunto de entidades e pela sociedade civil, funcionando o Estado, nesta perspectiva pluralista, como interlocutor e coordenador dos múltiplos interesses particulares associados aos diversos actores envolvidos em todo este processo dinâmico e interaccionista. Ao funcionar num ambiente em rede, em vez de num ambiente de mercado, o Estado passa a ser um entre outros actores e a sua força, mais do que a sua imposição, reside na capacidade de conseguir apoios para as suas causas.

A importância e a necessidade de envolver os cidadãos e a sociedade civil no exercício do poder, assumindo a posição activa de protagonistas dessa relação, não deve ser feita à custa da entrega das principais funções do Estado a entidades privadas.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL
PRESIDÊNCIA

Na verdade, as forças do mercado, quando totalmente libertas, como aconteceu na actual crise financeira, conduzem ao pânico financeiro e à depressão, que por sua vez conduz ao caos político, obrigando à intervenção dos governos para salvar o mercado de si próprio. Por melhores e mais transparentes que sejam as relações entre o Estado e as organizações da sociedade civil, particularmente as privadas, é hoje consensual a ideia de que o Estado não pode abdicar das áreas não valorizadas pelo mercado, como a educação, a saúde, a Segurança Social, o ambiente, as infra-estruturas básicas, entre outros.

Por outro lado, e no que se refere à relação do Estado e das autarquias com as organizações de apoio social da sociedade civil, não é demais ressaltar que elas devem basear-se numa relação de transparência, responsabilização e prestação de contas. Tudo o que envolva ou possa envolver dinheiros públicos ou como quem diz o interesse público, muito maior deve ser a transparência e a prestação de contas dos políticos e das organizações não governamentais.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL
PRESIDÊNCIA

Orientada por esta lógica de actuação, a Câmara Municipal do Montijo não abdicou de interagir com a sociedade civil em inúmeros programas sociais, em parcerias e em acções que tenham em vista o bem comum.

No entanto, esta lógica descentralizadora e apologista da cidadania social não nos obrigou, por exemplo, a enveredar pela privatização de serviços públicos ou sequer pela sua concessão.

Esta nossa concepção de gestão do interesse público em nada beliscou o acerto das contas públicas municipais. Por actuarmos com rigor, com verdade e com transparência recusamos gerir as contas públicas municipais recorrendo às facturas na gaveta e é, mesmo por isso, que não temos buraco financeiro.

Minhas senhoras e meus senhores, caras e caros amigos, este fórum da Abrigo trouxe e, muito bem, à colação o tema da importância da sociedade civil na actualidade. No entanto, parece-me importante sublinhar que a sociedade civil, para merecer a confiança e a credibilidade dos cidadãos, deve agir com transparência e verdade,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL
PRESIDÊNCIA

procurando sempre ligar a palavra aos actos. É neste contexto que considero importante não adiar sine die a construção do Centro de Acolhimento Temporário para crianças em risco que a ABRIGO se propôs.

A Câmara Municipal do Montijo, que abraçou desde a primeira hora este projecto, já fez a sua parte, concedendo um terreno com a área de 7500 m² e um valor, aproximado, de dois milhões e quatrocentos mil euros. É preciso agora e, sem mais delongas, encontrar o financiamento para o projecto. A cidadania e a sociedade civil em matéria de competência e responsabilidade deve ser tratada com a mesma exigência com que são os eleitos para os cargos públicos, nomeadamente os políticos. Só assim, com a ligação das palavras aos actos, com o cumprimento efectivo das promessas é possível credibilizar a política e a própria sociedade civil.

Por fim, queria reafirmar a ideia de que a sociedade civil democrática necessita, para sobreviver, que os seus cidadãos se tornem uma parte activa no processo de tomada de decisão administrativa e política. Os cidadãos não devem limitar o seu desejo apenas ao conhecimento



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL
PRESIDÊNCIA

dos resultados dessas decisões, eles querem e devem fazer parte desse processo. Só a participação dos cidadãos na transparência da informação e comunicação garante a existência da sociedade civil. Por assim ser é que a comunicação governamental e administrativa deve constituir um pré-requisito de informação e transparência dentro da sociedade civil com vista ao envolvimento apropriado dos cidadãos num Estado Ativo, responsável, transparente e justo.

Muito obrigada.

Montijo, 1 de Março de 2012

A PRESIDENTE

Maria Amélia Antunes